

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## 17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS

5ª vara Criminal do Foco da Comarca de Guarulhos  
 Autos nº 324/2001  
 Autor? Ministério Público  
 Acusado: ATERQNO FERREIRA QUE LIMA FILHO

## ALEGAÇÕES FINAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MM. Juiz,

O acusado foi denunciado e está sendo processado com incurso no art. 214, c.c. o art. 224º alínea "a", na forma do artº 71, todos do Código Penal, porque entre os anos de 2001 a 2003, em dias e horários diversos, neste município e comarca, mediante violência presumida, constrangeu seus filhos ANDREY CAMILO LIMA e ALINE CAMILO LIMA, que na época contavam com oito e cinco anos de idade (fls. 20/2.1), a praticarem e permitir que com elas se praticassem atos libidinosos diversos da conjunção carnal.

A denúncia foi recebida em 12.08.2004 (fl. 94).

O acusado foi pessoalmente citado e intimado (fls. 105 e 137/141), tendo ofertado defesa prévia às fls. 131/133.

Purante a instrução criminal foram ouvidas as vítimas (fls. 201 e 203), além de três testemunhas arroladas pelas partes (fls. 168, 205, 207).

O Ministério Público manifestou-se na fase do artigo 499 do C.P.P. à fl. 93 vº, e a defesa, embora intimada, deixou de se manifestar no prazo legal (fl. 95).

É o relato do necessário.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS

Procedente é o presente pedido de condenação.

Tanto na Delegacia de Polícia como em juízo o réu negou a autoria dos crimes, alegando que a acusação surgiu quando já estava separado da mãe das vítimas e que acreditava que elas teriam mentido por influência da mãe e da testemunha Giselda.

Contudo, a versão do acusado não foi ratificada pelas demais provas contidas nos autos.

Andrey contou na delegacia de polícia (fl. 13) que seu pai o acordava durante a madrugada, o obrigava a praticar sexo anal e oral e pameaçava, caso contasse o ocorrido a alguém. Afirmando que por diversas vezes seu pai colocou o pênis em seu ânus e que nestas oportunidades também colocava o pênis em sua boca. Afirmou que o acusado o obrigava a agir da mesma maneira com sua irmã Aline, mas que nunca a penetrou ou após dela "tão fundo".

Naquela oportunidade Andrey disse também que se acostumou com o sexo e que por sentir falta dele chegou a introduzir seu pênis em, UTNa gata e em certa ocasião, ao ser "engrulado" por três garotos na escola e ser levado ao banheiro para a prática de sexo anal, aceitar por consentir com a conduta deles.

Em juízo o relato de Andrey também foi bastante consistente e incriminador.

Andrey (fl. 203) narrou depois da separação de seus pais resolveu contar para Gisejda, amiga de sua mãe, os abusos sexuais que sofrera com seu pai. Contou que enquanto residia em Guarulhos, a acusado por diversas vezes durante a madrugada ia ao seu quarto e colocava o pênis em sua boca e ânus. Informou também que em algumas oportunidades o acusado obrigava que ele fizesse as mesmas coisas com sua irmã Aline, ou seja, o obrigou a introduzir seu pênis no ânus de Aline, na vagina e na boca dela, ressaltando que a acusado a tudo assistia. Por fim, informou que depois da separação, nunca mais foi molestado sexualmente pelo acusado.

Aline confirmou em juízo que na época em que seus pais estavam casados o réu, com muita frequência obrigava que ela esfregasse suas mãos pelo corpo de seu irmão Andrey e que este fizesse a mesma coisa nela. Disse que em







GOMES & PALMA

Advogados

FYMO SP 00

“rxi-7 rw<ofr/7VI nj /)Ç« IMJM CJWtfW41 Od

Vanete 1Çom/J 1 dão

Alexandre Sanchez Cabrita

303

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARATUBA

269/11

relacionamento íntimo, inclusive crotiiddô, que antes mantinham c que desejada fazer tudo que ele facusadd) fazia, já que o mesmo não havia spfridç qualquer punição.

Já do laudo de fls. 76/79 á bsTicdlogfa consignou todas as dificuldades que as vítimas ea genitora delas passavâm para reestruturação da família e superação dos traumas e cdnseqüênclas géradas pelos abusos cornados pelo aciXSãdo, devendo ser salientado que as vítimas ,ainda se subtnéáafti a tratamento e acompanhamento psicológico qyáddo foram ouvidas em juízo (03.06.20(J6)

A psicóloga qstes referida, Mariq. dc Fátima Vcroncsi (fl. 163)/ confirmou em juízo q\*õe entrevistou as vítimas e pa genitora delas pór rrçais de uma vez, rqs^Jtando que Aq0rey se mostrava ddnstrangTdo e sem disposição parã narrâr com detalhes do abuso sexual sofrido^ enquanto que Alirief embora não vertiálizasse, fazia gestões que sugeriam qüe o pai manteve cpptatp sexual cortt ela

As» demais testemunhas ouvidas nãoiúveram contato direto com áf criança yjtímadãs ê nada pudeíam escTârecer sobre o Ocorrido.

Pcrccbç-sc dô análise dq prova dos autos, cm especial as (jedafâgões das vítindàs e relatórios psicplpgicos que as palavras de Andrey e AU©e se revestem de sinceridade é segurança^ Consignou a profísslohal slgnafôrta dos laüdos que a vítima Andtey mostr&U^ sem disposição e constringida para tecer detalhes do abuso sexual que^ofrera, p que normalrnente ocorre com as vítirh^s de crimes desta natureza

Ressalte-se\* outrossim, que indagada por várias vezes e em mofitentós diferentes, a vítima Arrdrey sempre relatou os mesmos fatos com clârezà e detalhes, não se contradizendo em nenhum momento.

Assim, diante de ta! contexto probatório, deve ser dada total credibilidade às palavras das yítlmas; ainda mafs sè considerarmos que os crimes foram praticados na ausêrÍcia de tesjtemurilhas.

Não há rjps autos nada cqpaz de desmerecer as declarações das vítimas, até porque as testemunhas Naiza, Giáelda e Maria de^ Fátima confirmaram os fatos por elas narrados.

269/11



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## 17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS

Vale ☐ pena trazer o ☐ ploção o entendimento preponderante no Tribunal de Justiça de São Paulo acerca do Valor probante das declarações da vítima na apuração de delitos sexuais:

"Os Crimes contra os costumes são dos que se procura cometer entre quatro paredes à ocultas, libras mortas, sem vigília de ninguém. Bem por isso as vítimas são suas grandes testemunhas. Descrever delas são quando se arregimentam eí pulentos seguros de que têm imaginação doentia ou agem, PÓr vingança irracional" (TJSP - AC - Rek Geraldo Roberto - RT - 455/332).

NR 1117/2004, canHrLA\*

"Nos crimes contra os costumes, quase sempre praticados sem a presença de testemunhas as declarações da ofendida têm maior probante, máxime quando encontram apoio em outros, elementos de prova existentes nos autos" (TJSC - AC - Rei. Aloysio de Almeida - RT 614/336),

No tocante à materialidade do Crime, cfeve ser ressaltado que os atos libidinosos praticados pelo réu e descritos pelas vítimas ocorreram entre 2001 e agosto de 2002, período em que o réu e Na época casados, sendo que asperícias de fls. 29 e 99 foram efetuadas Somente em 17.12\*2003, ou seja, muito tempo depois do ocorrido, de maneira que não havia qualquer possibilidade de se constatar vestígios de suas ocorrências.

Ademais, "o reconhecimento do atentado violento ao pudor não está adstrito à constatação pericial dos atos libidinosos, já que estes, por sua natureza, dão deixar vestígios" (TJSP - AC - Rei. Gomes de AKTQrim - JTJ 142/339).

O contexto probatório dos autos é robusto. Foi demonstrado que agindo de forma reiterada e continuada, durante muito tempo o acusado constrangeu as vítimas, seus próprios filhos, a praticarem e permitir que com elas fossem praticados atos libidinosos diversos da coação carnal.

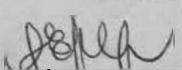
## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARULHOS

Faço ao «xpoeto, rêquer-se que seja julgado procedente o pedido de condenação deduzido na denúncia, condenando-se p acusado noS moldes da denúncia.

Rcqucr-sú também qucsca fixado o regime fechado como inicial cte cumprimento da pena privativa de jibefdade, ante es çpnuições pessoais do acusado, as circunstâncias e çpnseqüWhcias do crime para a vicia e foçrêhâ^ão das vítimas.

Guarulhos, 11 de setembro de 20Q7.

  
AMJfcA MfcJSTÀKAtU^AGE  
Promotora de Jifética